

ESCOLA PARA TODOS: Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais

Celeste Cristina Gonçalves¹
Ana Paula Gonçalves Portela²

INTRODUÇÃO

No Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII, houve diversos problemas de discriminação em relação às pessoas com necessidades especiais de uma forma abrangente. Esse período foi somado à falta de informações a respeito das diversas necessidades, portanto foram surgindo às rejeições e preconceitos que começavam até mesmo dentro da própria família, se estendendo para a escola e conseqüentemente para a sociedade em geral. BRASIL (2001, p.25): “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas”.

É fundamental antes de trazer sobre as especificidades da Educação inclusiva, colocar a definição da mesma, a luz de um especialista, nesse caso, segundo Gonzáles (2007, p.19):

A educação de alunos com necessidades educacionais especiais pode ser definida como o atendimento educacional dado às crianças e adolescentes que apresentam algum tipo de deficiência física, psíquica ou sensorial ou que estão em situação de risco social ou desvantagem por fatores de origem social, econômica ou cultural, que os impedem de acompanhar o ritmo normal do processo ensino-aprendizagem. (GONZÁLES, 2007)

Nesse contexto, o autor, descreve perfeitamente o público alvo da educação inclusiva, não deixando lacunas de dúvidas sobre a necessidade de se incluir esses alunos de forma plena nas classes regulares.

Desta maneira, é fundamental a intervenção da escola juntamente com o professor na resolução das dificuldades encontradas. Portanto é essencial à formação continuada desses profissionais para que a aprendizagem seja realizada de forma dinâmica, oportunizando o prazer pela mesma por parte dos alunos que ali estão incluídos.

Para tanto, a abordagem deste trabalho, se fortaleceu na busca para entender: “Como favorecer a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares?”.

¹Vice Gestora e Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Salvador - BA, celestecg37@mail.com;

² Docente da Rede Municipal de Ensino do Município de Camaçari - BA.



Nesse aspecto tem-se como objetivo geral: aprofundar o conhecimento sobre a inclusão escolar. E como específicos: Identificar os diversos tipos de necessidades educacionais especiais em sala de aula e analisar a formação dos professores na intervenção da inclusão dessas crianças. essa totalidade, o tema “Escola para todos: Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais” surgiu a partir da necessidade de um olhar voltado para a inclusão e para as diversas necessidades especiais onde o papel da escola e do professor é essencial para a aprendizagem desses alunos. A relação da escola e do professor nesse processo de inclusão é essencial. Para falar sobre inclusão é imprescindível falar sobre alguns aspectos que favorecem a mesma, pois o ser humano em sua completude precisa ser assistido totalidade, sem deixar lacunas. Nos dias atuais a Educação Inclusiva vem avançando por diversos fatores que outrora não existiam. Existem normas e diretrizes norteadoras no currículo dos cursos superiores, entre outros projetos e atuações que favorecem a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares (BRASIL, 2013). Porém esse é um desafio constante que expressamente está dia após dia sendo posto na sociedade como um todo. É precisamente expor o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, assim como fazer um traçado sobre o trabalho da escola e a formação do professor, mostrando as diversas possibilidades de inclusão. A escola é para todos e de todos.

METODOLOGIA

No presente trabalho foi elaborada uma metodologia voltada para um diálogo constante com diversos teóricos, que enriquecem todo o corpo da monografia, assim como os estudos de revisão bibliográfica, artigos científicos na língua portuguesa, publicações originais, leis e bases que norteiam a educação inclusiva e entre outros. A metodologia utilizada tem enfoque qualitativo porque evidencia o caráter relacional entre os sujeitos envolvidos do fenômeno estudado (GOLDEMBERG, 2004). A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de revisão de conceitos e teorias, publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e web sites, dissertações e teses. (MATOS e VIEIRA, 2001; MINAYO, 2007).

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares é um direito e para solidificar essa questão existem leis que norteiam a Educação Inclusiva. É fundamental abordar esses aspectos legais que embasam a inclusão, para tanto, estão descritos

sobre: Declaração de Salamanca e o Tratado da Guatemala; a Constituição Federal de 1988; a Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – 1996 – Capítulo V da Educação Especial; e as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

A Declaração de Salamanca é avaliada como um dos documentos mais importantes no mundo que versa sobre a inclusão social. Em conformidade com a Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Conforme o próprio documento descreve (1994):

A Declaração de Salamanca é avaliada como um dos documentos mais importantes no mundo que versa sobre a inclusão social. Em conformidade com a Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990.

A proposta de educação inclusiva (Tratado da Guatemala, 1991; Declaração de Salamanca, 1994) declara que todos os alunos devem ter a possibilidade de interagir-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou que apresentem transtornos severos de comportamentos, preferencialmente sem defasagem idade-série. Muitas coisas podem atrapalhar uma criança na escola.” (BOSSA 2000, p.98). Dessa forma, a escola cumpre um papel fundamental de adaptar-se para atender as necessidades dessas crianças inseridas em classes regulares.

Outros aspectos legais da Educação Inclusiva embasaram teoricamente o trabalho, a exemplo da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Nesse sentido, a educação inclusiva é um direito assegurado a todos os alunos com necessidades educacionais especiais e sua efetivação está assegurada constitucionalmente.

“Não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo”. (BRASIL, 2001, p. 29). Conforme a citação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica (2001), a escola tem a função de se adaptar ao aluno, fazendo-se um ambiente de inclusão, oportunizando a estes a convivência de forma dinâmica e prazerosa. A escola inclusiva é aquela que oferece condição para a aprendizagem em seus diferentes aspectos, a saber: o pedagógico, a acessibilidade, os recursos, as instalações e entre outros, e sobretudo de convivência inclusiva. (THIESEN, 2008)

É fundamental entender as Diretrizes Nacionais. Conforme pesquisa (BRASIL, 2013), “as diretrizes Curriculares são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino”. Para isso existem diretrizes gerais para a Educação Básica e para cada modalidade de ensino.

Para tratar desse assunto foram selecionados também alguns aspectos que são de extrema importância e que se interligam para o desenvolvimento da aprendizagem e da pessoa de forma completa. (BATISTA et al., [s.d.]).

Para tanto é relevante atenção sobre os “aspectos sociais e familiares; aspectos emocionais e afetivos; aspecto lúdico e por fim; aspectos estruturais e pedagógicos”. Conforme Lima (2008), se nesses aspectos existirem fatores negativos, estes dificultam a aprendizagem dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta de educação inclusiva (Tratado da Guatemala, 1991; Declaração de Salamanca, 1994) declara que todos os alunos devem ter a possibilidade de interagir-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou que apresentem transtornos severos de comportamentos, preferencialmente sem defasagem idade-série. Dessa forma, a escola cumpre um papel fundamental de adaptar-se para atender as necessidades dessas crianças inseridas em classes regulares.

As questões sociais e familiares, carências afetivas; deficientes condições habitacionais, sanitárias, de higiene e de nutrição; pobreza da estimulação precoce; privações lúdicas, psicomotoras, simbólicas e culturais; exercem grande influência e contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem.

A família é o primeiro universo da criança, seja ela com ou sem necessidades especiais, por isso a educação familiar apropriada é feita com amor, resignação e integração, pois acaba aumentando nas crianças autoestima e espontaneidade, que oportunizam a aprendizagem. Segundo Smith & Strick (2001, p. 31): “Um ambiente estimulante e encorajador em casa produz estudantes adaptáveis e muito dispostos a aprender, mesmo entre crianças cuja saúde ou inteligência foi comprometida de alguma maneira”.

Para tratar sobre a afetividade é imprescindível trazer sobre o teórico Henri Wallon. Para ele o desenvolvimento humano é visto em conjunto; em seus domínios, afetivo, cognitivo e motor sem privilegiar nenhum deles.

Segundo Almeida (1999), para Wallon a afetividade é o ponto de partida para o desenvolvimento do indivíduo, partindo da socialização para uma individualização psicológica. Esse vínculo afetivo em sala de aula é favorável para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais.

A formação continuada é de extrema necessidade para o trabalho em sala de aula e por que não dizer, fora dela. O professor é quem está diretamente ligado ao aluno; é ele quem observa, interfere, analisa, busca; favorecendo uma aprendizagem inclusiva. É o professor quem primeiro, depois da família, mantém um laço tanto de aprendizagem quanto de afetividade, como trazem Prioste, Raica e Machado (2006, p.54), ele é: “[...] promotor do ambiente de aprendizagem inclusiva. Será ele o profissional que poderá reger com maestria toda a abordagem que prima pela qualidade do desenvolvimento humano [...]”.

Portanto, a formação continuada dos professores é um fator fundamental para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares se dá de forma vantajosa por fatores importantes que permeiam o ambiente educacional. Toda criança tem o direito de ser respeitada em sua totalidade, e esse direito se estende também as oportunidades. A escola inclusiva é aquela que elimina a discriminação e propicia a comunidade escolar a abraçar essa causa dando um passo rumo à mudança. Conforme Fonseca (2005), para que os direitos desses educandos sejam respeitados é importante uma transformação estrutural e organizacional nas escolas.

Para que a inclusão seja de fato efetivada existem aspectos essenciais e de grande relevância nessa promoção. Contudo, esse trabalho tratou da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais a partir da análise de alguns teóricos.

Palavras-chave: Educação Especial; Escola, Inclusão, Formação Continuada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

BAHIA, **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia**: Pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Secretaria de Educação do Estado, Bahia, 2017.

BATISTA, L. et al. **Dificuldades De Aprendizagem: Concepções E Problemáticas Contemporâneas***. p. 1–15, [s.d.].

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. 2013.** [s.l: s.n.].

THIESEN, J. DA S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 545–554, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. MEC. Câmara de educação básica. **Resolução CNE/CEB Nº 02, DE 11 de setembro de 2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 17 de Junho de 2017.

Colaboração, SCHAEGLER, Sônia Saete. **A inclusão escolar na perspectiva de Vygotsky.** Disponível em: <http://rosangelana.blogspot.com.br/2012/11/a-inclusaoescolar-na-perspectiva-de.html> Acesso em: 02 de junho de 2017.

FONSECA, V. **Educação Especial: programa de estimulação precoce e uma introdução às ideias de Furstein.** Porto Alegre: Artmed, 1995.

Legislação Específica / Documentos Internacionais. **Declaração de Salamanca; Tratado da Guatemala; Constituição Federal de 1988; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN. Secretaria de Educação Especial.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp598129159/legislacao> Acesso em: 31 de maio de 2017.

LIMA, Sandra Vaz de. **Fatores que interferem na aprendizagem.** Publicado em 25 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://webartigos.com/artigos/fatores-queinterferem-na-aprendizagem/4419> Acesso em: 15 de Junho de 2017.

PRIOSTE, Claudia Dias; RAICA, D; MACHADO, M. L. G. **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental.** São Paulo: Avercamp, 2006.

SÃO PAULO: Saraiva, 1996. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.**

THIESEN, J. DA S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 545–554, 2008.

SMITH & STRICK. **Dificuldade de Aprendizagem de A a Z.** São Paulo: Artes Médicas, 2001.